

RELATÓRIO NÃO TÉCNICO

ÍNDICE

	Pág.
1 - Introdução	1
2 - Descrição da instalação e da exploração.....	2
2.1 - Dados gerais.....	2
2.2 - Actividades desenvolvidas	6
3 - Caracterização da envolvente e síntese de impactes	11
4 - Conclusão	19

Índices de figuras

Figura 1 - Enquadramento geográfico e localização (IGeoE, 2002)	2
Figura 2 - Implantação geral – vista aérea (adaptado de http://sig.srrn.azores.gov.pt) sem escala.....	4
Figura 3 – Pavilhão preparado para receber pintos	6
Figura 4 – Silo de armazenamento de ração	7
Figura 5 – Remoção dos pratos	7
Figura 6 – Lavagem dos pratos	8
Figura 7 – Pavilhão pronto para o “vazio sanitário”	9
Figura 8 – Fluxograma de produção	10
Figura 9 - Zona de proteção alargada dos furos de captação (adaptado de IGeoE, 2002 e PRA, 2001)	13
Figura 10 – Vista para este	14
Figura 11 - Fotografia registada na Estrada M516 a oeste das instalações	14
Figura 12 - Fotografia registada na Estrada do Silvestre a oeste das instalações.....	15
Figura 13 - Fotografia registada numa Canada de nome desconhecido a nordeste das instalações	15
Figura 14 – Localização das potenciais fontes poluentes pontuais	16
Figura 15 – Localização dos pontos de monitorização de ruído (adaptado de http://sig.srrn.azores.gov.pt)	17

Índice de tabelas

Tabela 1 - Pavilhões – áreas e capacidade	3
Tabela 2 – Quadro síntese da avaliação de impactes para a fase de exploração	19

1 - INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) referente à Ampliação da capacidade da exploração de avicultura Saiprossem – Produção Animal.

Este EIA surge na sequência da ampliação da instalação, com a construção de seis novos pavilhões. A capacidade máxima de instalação passará para 245.134 aves, valor superior ao limiar, de 40.000, estabelecido no Decreto-lei Regional nº 30/2010/A.

O objetivo deste Estudo é identificar, avaliar os impactes ambientais e propor medidas de minimização/potenciação dos impactes negativos e positivos, respetivamente.

O proponente é a Saiprossem – Produção Animal, que faz parte do grupo empresarial SICOSTA, com sede social na Chã do Rego d'Água, n.º 41, 9560-301 Lagoa.

Em 2009, a empresa SAISSEM obteve a Licença Ambiental, n.º3/2009/DRA, para a atividade de criação de aves de capoeira, com capacidade licenciada de produção de 63.549 aves.

Esta Licença Ambiental foi emitida com um período de validade de 7 anos. Contudo, em 2012 ocorreu o 1º Aditamento à licença, decorrente de alterações ao nível das matérias primas, gestão de recursos, emissões e consequente plano de monitorização. Em 2013, é emitido o 2º Aditamento à Licença Ambiental, n.º3/2009/DRA, consequente do aumento da capacidade instalada, para 89.989 aves.

Em 2016, com novos pavilhões, uns construídos e outros previsto construir, e consequente aumento substancial da capacidade instalada, impõe-se a realização de avaliação de impacte ambiental e a renovação da licença ambiental.

A avaliação de impacte ambiental decorreu num cenário de uma atividade pré-existente, que foi sendo ampliada ao longo do tempo, pelo que a maioria dos efeitos no ambiente já existem e foram sendo assimilados pelo meio envolvente.

A exploração localiza-se no concelho da Lagoa – Açores, freguesia do Cabouco, na Estrada do Silvestre, S/N, 9560-301, como se pode observar na Figura 1.

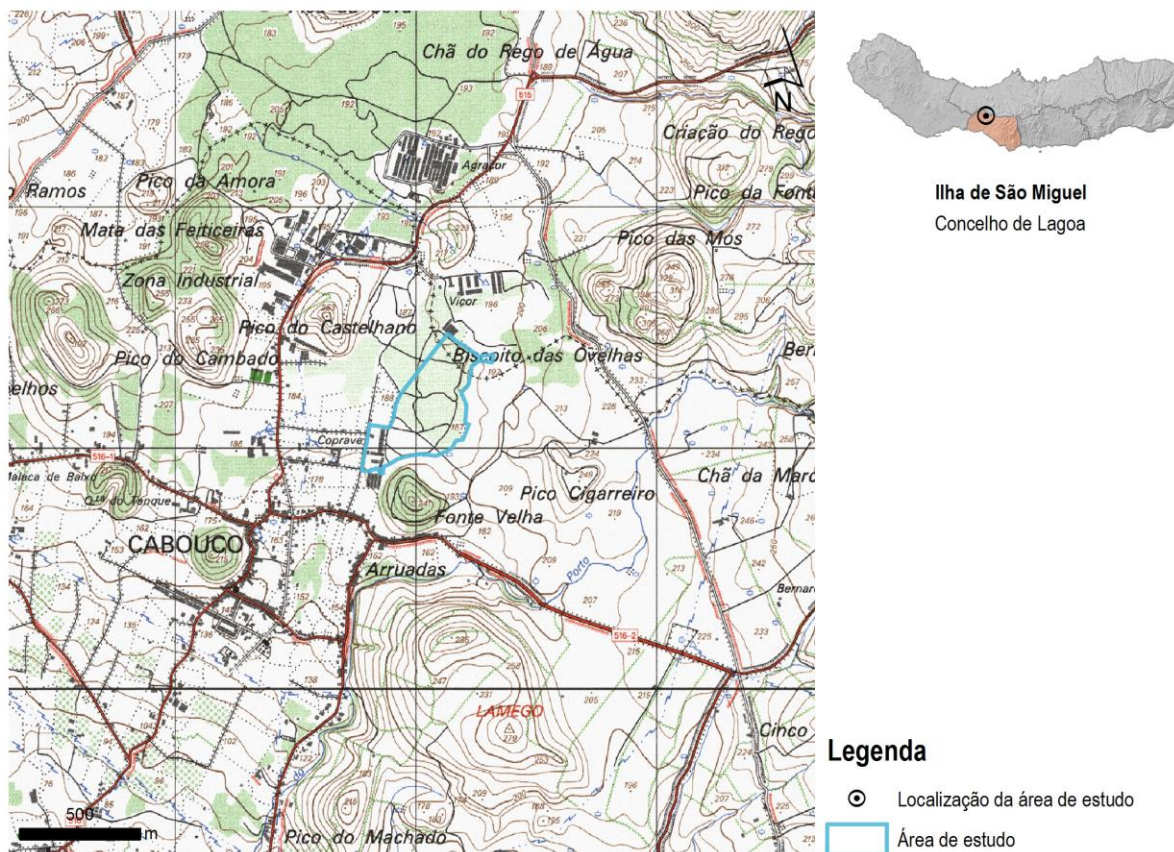


Figura 1 - Enquadramento geográfico e localização (IGeoE, 2002)

2 - DESCRIÇÃO DA INSTALAÇÃO E DA EXPLORAÇÃO

2.1 - DADOS GERAIS

A Saiprossem localiza-se na Estrada do Silvestre S/N, na área Industrial do Pico do Castelhanu, na freguesia do Cabouco, pertencente ao concelho da Lagoa – Açores.

O terreno onde a exploração está instalada possui uma área de 139.040m² em que 13,7% são ocupados pelas instalações afetas à produção. A Saiprossem possui 16 pavilhões com as áreas e capacidades apresentadas na tabela seguinte.

Pavilhão	Área (m ²)	Capacidade (aves)	Observações
P5	500	9.706	Incluído no LA n.º3/2009/DRA
P6	405	7.861	Incluído no LA n.º3/2009/DRA
P7	980	19.024	Incluído no LA n.º3/2009/DRA
P8	463,3	8.994	Incluído no LA n.º3/2009/DRA
P12	344,5	6.687	Incluído no LA n.º3/2009/DRA. No Projeto de licenciamento é referenciado como n.º 9
A	1.656	32.143	Em exploração
B1	828	16.072	Em exploração
B2	828	16.072	Em exploração
C1	828	16.072	Em exploração
C2	828	16.072	Em exploração
D1	828	16.072	Em exploração
D2	828	16.072	Em exploração
E1	828	16.072	Construção futura
E2	828	16.072	
F1	828	16.072	Construção futura
F2	828	16.072	
Total	12.628,8	245.134	

Tabela 1 - Pavilhões – áreas e capacidade

Para além dos pavilhões, a exploração possui outras instalações, conforme ilustrado na Figura 2, e que se passam a enumerar:

- Centro de incubação (I);
- Armazém de aparas e serradura (AS);
- Armazém material diversos (AMd);
- Escritório, instalações sanitárias/balneários, posto de primeiros socorros e refeitório (E);
- Reservatório de água (RA);
- Reservatório de gás butano (RG);
- Rodilúvio (R).

Salienta-se que as instalações sanitárias e os balneários existentes estão devidamente separados para uso por mulheres ou homens.



Figura 2 - Implantação geral – vista aérea (adaptado de <http://sig.srrn.azores.gov.pt>) sem escala

Rodilúvio



Pavilhões antigos



Pavilhões novos



Incubadora, pavilhões 12 e 7



Reservatório de gás



Reservatório de água



Escritório



Vestiário



Armazém de aparas 1



Armazém de aparas 2



Armazém de aparas 3



Casa do guarda



2.2 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Na exploração avícola em análise, a atividade é cíclica e é iniciada com a chegada de ovos ao Centro de Incubação. Neste centro processa-se a incubação dos ovos durante 23 dias.

No dia do nascimento os pintos são seleccionados e contados de forma a obter o número exato de animais que vão povoar cada pavilhão vazio.

Após a saída dos pintos, todo o espaço é sujeito a uma limpeza, de forma a cumprir com todo o protocolo de biossegurança. As cascas dos ovos e os cadáveres são colocados em contentores de resíduos, para posterior encaminhamento ao aterro sanitário (Musami – Ecoparque).

Cada pavilhão faz, no máximo, 6 ciclos por ano.



Figura 3 – Pavilhão preparado para receber pintos

Consoante esteja o ambiente do pavilhão (e.g. temperatura, humidade), pode haver necessidade de alterar a ventilação, a abertura de janelas e o aquecimento.

Os pavilhões mais recentes (A, B1, B2, C1, C2, D1 e D2) possuem já sistemas automáticos de controlo destes aspetos. Os pavilhões mais antigos dispõem de sistemas de ventilação e aquecimento que funcionam de forma semiautomática ou manual. Em ambos os casos o controlo regular por parte de um trabalhador é fundamental.

Todos os pavilhões estão dotados de sistema automático de fornecimento de alimentação e água, havendo em cada pavilhão um reservatório de água que garante o

seu fornecimento em caso de corte de abastecimento. Cada pavilhão possui um silo de ração, como se ilustra na Figura 4.



Figura 4 – Silo de armazenamento de ração

Cada ciclo de crescimento leva 42 dias, ou seja os animais permanecem nos pavilhões cerca de 42 dias até terminar o período de engorda, sendo apanhados e transportados, em caixas plásticas específicas, para o matadouro da ilha de São Miguel em camiões afetos à exploração.

Terminada a saída de todos os animais do pavilhão inicia-se o processo de limpeza, sendo a primeira atividade a remoção de todos os materiais móveis, nomeadamente os pratos de ração.



Figura 5 – Remoção dos pratos

Procede-se então à remoção das camas, inicialmente colocadas, com os dejetos dos animais. A remoção das camas é realizada por uma máquina própria para o efeito e estas são carregadas imediatamente no camião que as transportará até ao seu destino final, sendo de imediato recolhidas pelos agricultores por constituírem um estrume muito adequado à fertilização das terras.

Posteriormente, é efetuada a varredura mecânica e manual, esta última para garantir uma limpeza mais pormenorizada. No pavilhão totalmente varrido, é aplicada uma desinfecção, ficando depois a secar. Após este procedimento procede-se à aplicação de Cal-viva em todo o espaço.



Figura 6 – Lavagem dos pratos

Uma vez desinfetado o pavilhão permanece vazio, numa fase designada de “vazio sanitário”, que tem a duração de 15 a 21 dias até o próximo “povoamento” (termo utilizado para a nova entrada de pintos no mesmo pavilhão de recria), conforme ilustra a Figura 7.



Figura 7 – Pavilhão pronto para o “vazio sanitário”

As atividades descritas realizam-se em cada um dos pavilhões de forma cíclica e ocorrem em cada um dos pavilhões em datas distintas, não havendo simultaneidade.

Após o término do período de vazio sanitário e aproximando-se a data do novo povoamento o pavilhão é devidamente preparado para a receção do novo lote de pintos. Esta preparação passa pela preparação das camas (espalhamento de aparas no chão), preparação da linha de alimentação, com a colocação dos pratos, e verificação da linha de água. É entre a fase de limpeza e esta fase que se procede às reparações necessárias nos pavilhões, verificando se todos os sistemas estão operacionais que forma que nada falhe durante o período de recria. Os aquecedores são ligados com a antecedência necessária de forma a garantir uma temperatura ótima para a entrada dos animais.

Na Figura 8, esquematiza-se as diversas atividades desenvolvidas em cada pavilhão.

O aquecimento é realizado com queimadores de gás.

Toda a exploração cumpre o programa de autocontrolo, do qual faz parte o protocolo de Biossegurança. De entre inúmeras medidas desse protocolo destacamos a existência de um rodilúvio à entrada da exploração, assim como pedilúvios à entrada de cada pavilhão, sendo que os mesmos são renovados semanalmente. Os funcionários dispõem de balneários totalmente equipados, fardamento próprio e equipamento de segurança.

De salientar que a exploração deixou de recorrer ao aquecimento dos pavilhões por queimadores de biomassa (estilha) o que reduz substancialmente as emissões gasosas para a atmosfera em particular o CO, Vapor de Água e CO₂ e as partículas.

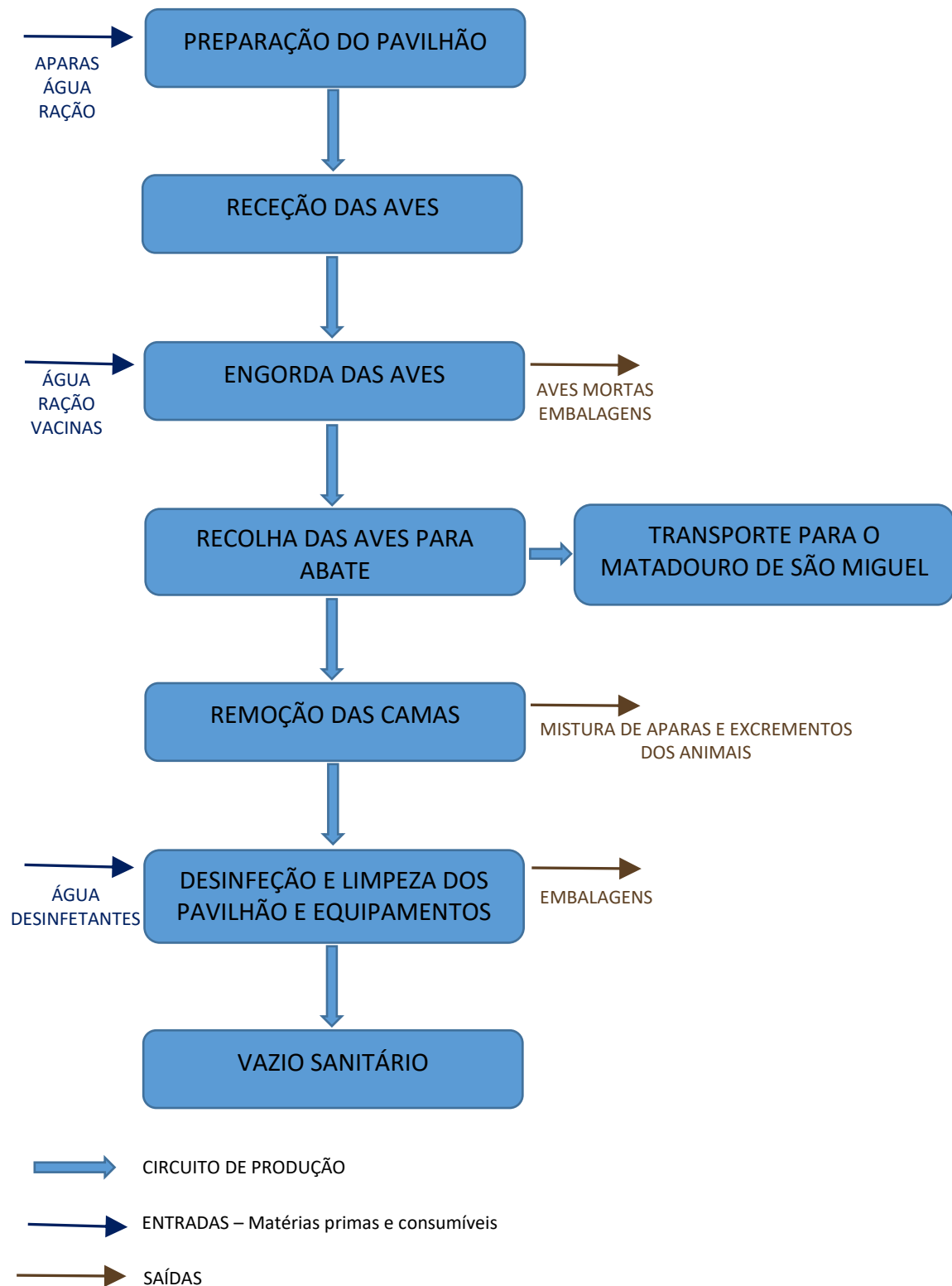


Figura 8 – Fluxograma de produção

A água consumida na exploração é da rede pública. As rações são fornecidas a “granel” através de camiões/silo das fábricas de rações SSCC.

As principais águas residuais produzidas na Saiprossem provêm das instalações sanitárias e balneários, nomeadamente do edifício da incubadora e da zona administrativa. A casa do guarda também dispõe de um sistema individual de tratamento dos efluentes produzidos.

As lavagens de materiais e equipamentos ocorrem junto ao edifício da incubadora, o qual está dotado de sistema de tratamento e infiltração no solo.

Ao nível dos resíduos, com uma quantidade mais expressiva, estão os tecidos animais, com uma produção anual na ordem das 40 ton. Estes resíduos são armazenados em contentores herméticos e fechados, para posterior descarga no Aterro Sanitário de São Miguel.

As embalagens de plástico, são separadas e devidamente encaminhadas para o centro de processamento de resíduos de São Miguel, pertencente à MUSAMI.

Ao nível dos resíduos perigosos gerados na Saiprossem a produção anual é de cerca de 20kg de lâmpadas fluorescentes, cujo destino final é o centro de processamento de resíduos de São Miguel.

A unidade avícola da Saiprossem realizou uma avaliação de ruído ambiental, de acordo com o Regulamento Geral de Ruído, que permitiu verificar que se dá cumprimento à legislação do ruído em vigor

Esta unidade funciona 24 horas por dia e 7 dias por semana. Os ventiladores são os equipamentos que funcionam em contínuo s.

3 - CARACTERIZAÇÃO DA ENVOLVENTE E SÍNTESE DE IMPACTES

A exploração avícola da Saiprossem vai de encontro ao previsto e contemplado nos **instrumentos de gestão do território**, nomeadamente do Plano Diretor Municipal de Lagoa e Reservas Agrícola e Ecológica da Região Autónoma dos Açores. Neste sentido, o projeto em análise não provocará impactes negativos.

Dada a dimensão e natureza das instalações e uma vez que não se trata de uma instalação de grande consumo energético não são esperados impactes no clima, mesmo ao nível das condições locais.

Do levantamento efetuado verifica-se que com a exploração não há afetação dos **recursos geológicos** com interesse económico, nem afetação de estruturas geológicas com valor turístico e/ou científico.

A exploração da Saiprossem está implantada em terrenos de **solos** não aráveis, com aptidão florestal e de reserva natural. A atividade não cria uma ocupação extensiva em terrenos com aptidão para usos mais rentáveis.

Ao nível das alterações das propriedades do solo e da contaminação devido à exploração do aviário, estas poderão ocorrer na sequência de derrames para o solo de produtos com contaminantes ou provenientes da circulação de veículos. Atendendo que tanto o manuseamento como a aplicação destes produtos ocorrem no interior dos pavilhões e a circulação de viaturas é diminuta, a probabilidade de se infiltrarem no solo é reduzida. Caso ocorram será **um impacto negativo pouco embora local e temporário**.

Em termos das **águas subterrâneas** a Saiprossem encontra-se implantada na zona de proteção alargada dos furos de captação. Esta área alargada possui algumas restrições de uso e atividades enquadradas artigo 6º do Decreto Legislativo Regional 10/2016, de 16 de junho. Nomeadamente:

- Utilização de pesticidas móveis e persistentes na água ou que possam formar substâncias tóxicas, persistentes ou bioacumuláveis;
- Coletores de águas residuais;
- Fossas de esgoto;
- Lagos e quaisquer obras ou escavações destinadas à recolha e armazenamento de água ou quaisquer substâncias suscetíveis de se infiltrarem;
- Estações de tratamento de águas residuais;
- Cemitérios;
- Pedreiras e explorações mineiras;
- Infraestruturas aeronáuticas;
- Oficinas e estações de serviço de automóveis;
- Postos de abastecimento e áreas de serviço de combustíveis;
- Depósitos de sucata.

Para além destas atividades e instalações, que podem ser condicionadas ou interditas, quando se demonstrem suscetíveis de provocarem a poluição das águas subterrâneas, na alínea a) do ponto 2 do artigo 6º, do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A é referida a interdição de instalação na zona de proteção alargada de:

- Transporte de hidrocarbonetos, de materiais radioativos e de outras substâncias perigosas;
- Depósitos de materiais radioativos, de hidrocarbonetos e de resíduos perigosos;
- Canalizações de produtos tóxicos;
- Refinarias e indústrias químicas;
- Aterros sanitários.

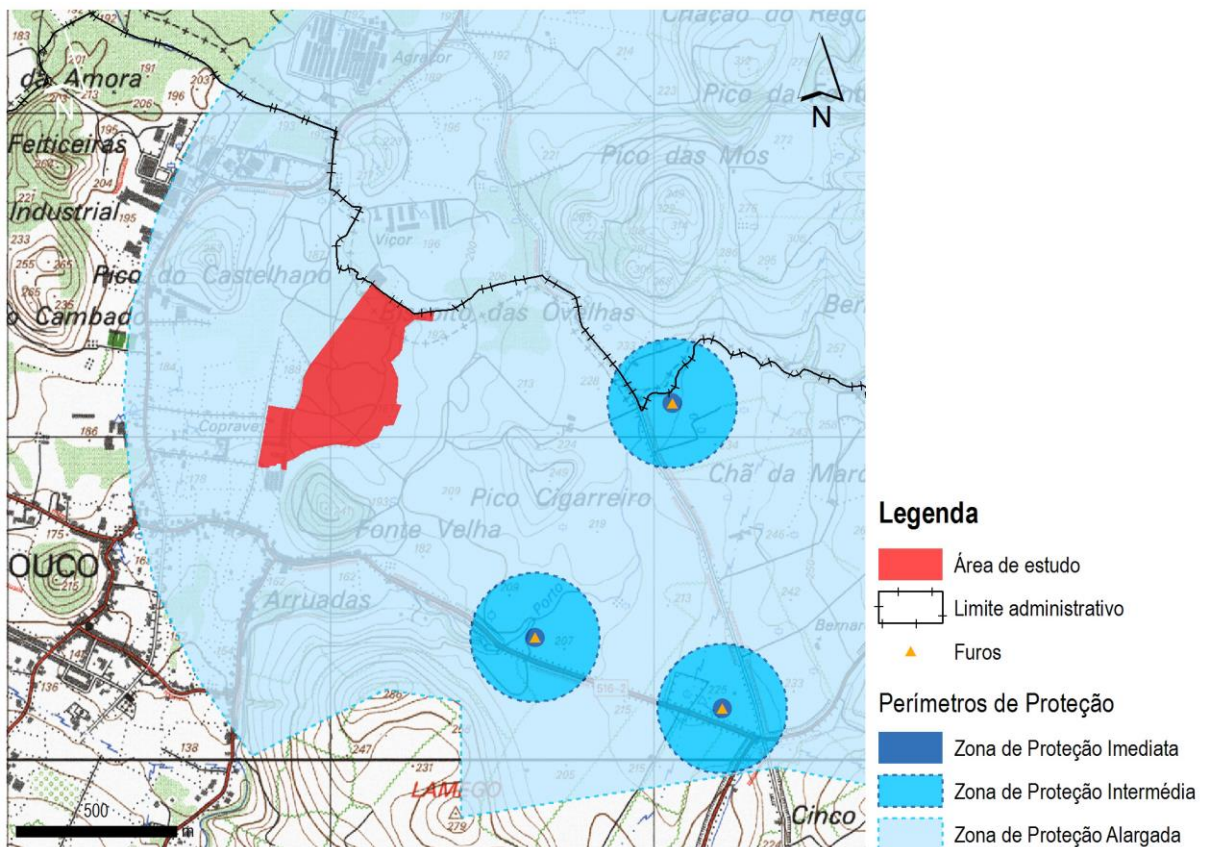


Figura 9 - Zona de proteção alargada dos furos de captação (adaptado de IGeoE, 2002 e PRA, 2001)

No estudo realizado verificou-se que as instalações atuais não colidem com as restrições enumeradas, por outro lado as características do aquífero e do solo determinam que o risco de poluição é reduzido, pelo que não se prevê impactes na qualidade das águas subterrâneas que possam afetar a quantidade e qualidade das águas captadas para consumo humano, desde que cumpridas as boas práticas ambientais e que são cumpridas pela Saiprossem e que estão estabelecidas na licença ambiental.

No que respeita às **linhas de água**, a mais importante é a Grota do Porto, que é uma linha de água temporária. Pelo facto da Saiprossem estar afastada da linha de água, não contribuir para o aumento do caudal da linha de água, tanto por não efetuar descargas diretas, como pelo facto de não ter área impermeabilizada que indiretamente pudesse incrementar os caudais drenados na Grota do Porto, considera-se não haver impactes ao nível dos recursos hídricos superficiais

No que concerne à **ecologia**, os impactes resultantes da ampliação do projeto, estão relacionados com a destruição do habitat natural, nomeadamente do coberto vegetal que é fonte de alimento e abrigo de algumas espécies faunísticas. No entanto, parte das novas instalações da Saiprossem (4 pavilhões) já se encontram construídas e em

funcionamento. Não há na área de estudo, espécies protegidas ou habitats protegidos. Pelo que não se verificam impactes negativos significativos na fauna, flora e habitats.

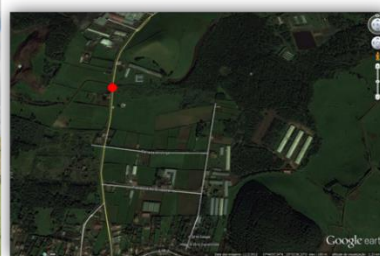
A **paisagem** envolvente é caracterizada por campos agrícolas sobretudo a sul, este e oeste, e a norte por zona florestal de acácia, criptoméria e eucalipto e zona de pastagem. A área de estudo encontra-se numa zona de altitude mediana (a cotas na ordem dos 182 m), e de relevo suave, contudo nas imediações da mesma é possível visualizar múltiplos cones de escórias vulcânicas de diferentes tamanhos. A sudoeste da unidade industrial Saiprossem encontra-se uma zona urbanizada e a noroeste uma zona industrial, e que contribui de forma acentuada para a diminuição da qualidade da paisagem.



Figura 10 – Vista para este

- DE OESTE

As instalações, para os observadores que passam na estrada M516 a oeste (e para aqueles que entram na Estrada do Silvestre) são visíveis.



Legenda:

- Local onde foi tirada a fotografia

Figura 11 - Fotografia registada na Estrada M516 a oeste das instalações



Figura 12 - Fotografia registada na Estrada do Silvestre a oeste das instalações

- DE NORTE / NORDESTE

As instalações, para os observadores que se encontram a norte, na M515 não são visíveis.

No entanto, os observadores, que se encontram ou passam a nordeste, na Canada assinalada, visualizam as instalações.



Figura 13 - Fotografia registada numa Canada de nome desconhecido a nordeste das instalações

- DE SUL

As instalações para os observadores que se encontram ou passam a sul em cotas mais baixas, por exemplo, no centro do Cabouco não são visíveis.

DE ESTE

As instalações, para os observadores que se encontram a este, nomeadamente na estrada EN5-2ª e Macela M516-2 não são visíveis.

Assim, em função do exposto considera-se que o impacto na paisagem é negativo, pouco significativo.

O índice de **qualidade do ar** da área em análise teve a classificação de “Bom” em 2012, 2013 e 2014. Perspetiva-se não virem a ocorrer alterações significativas neste índice para o ano de 2015 e 2016 (ano de referência do EIA), uma vez que não se verificou a introdução de novas fontes poluentes relevantes na região.

Na envolvente da área de estudo identificaram-se dois tipos de potenciais fontes poluentes:

- Fonte linear – No caso e apreço corresponde à rede viária;
- Fontes pontuais – Instalações industriais e Agropecuárias.

Na figura seguinte localizam-se as principais potenciais fontes poluentes pontuais.

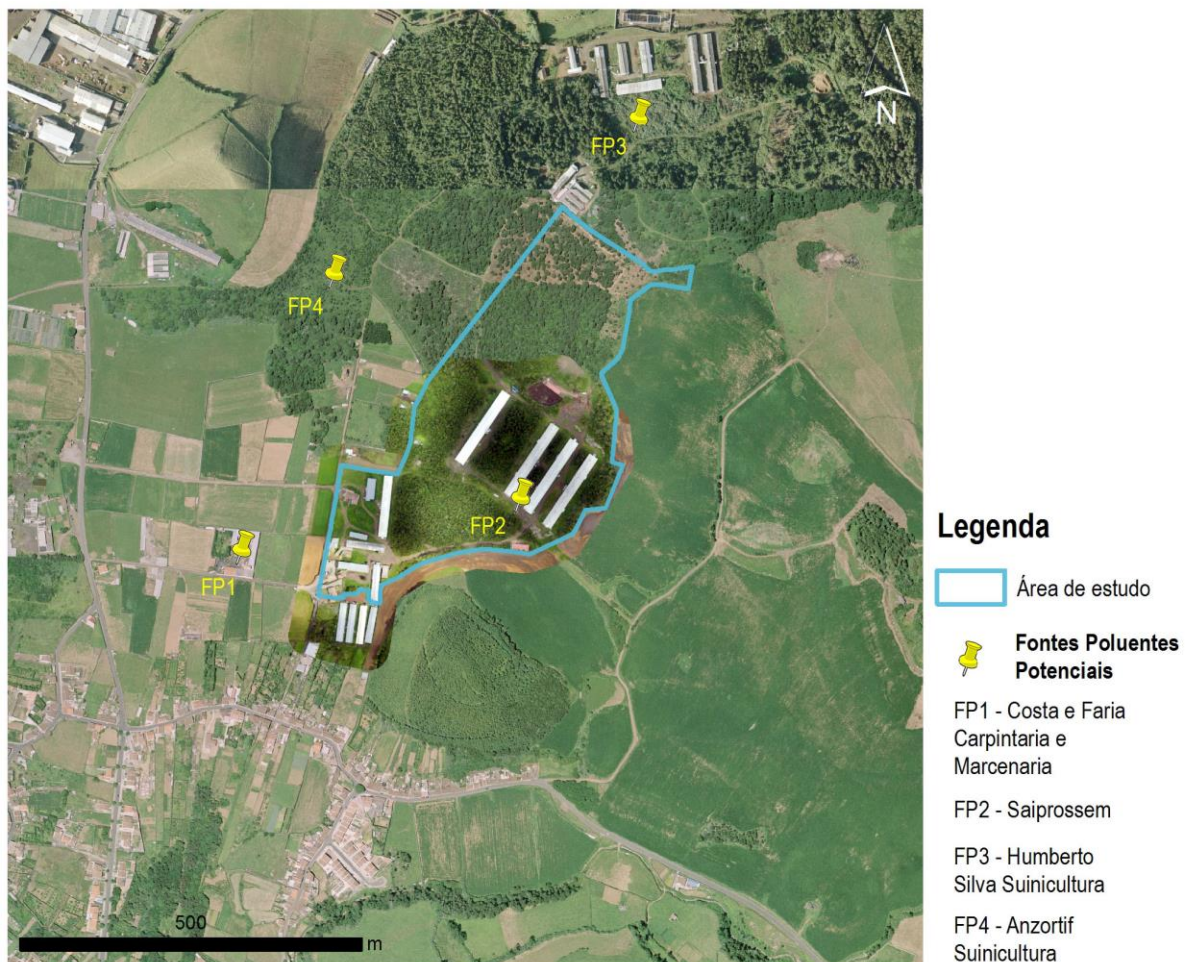


Figura 14 – Localização das potenciais fontes poluentes pontuais

Dos levantamentos de campo realizados constatou-se a presença de maus odores provenientes das instalações suínolas.

Procedeu-se também à consulta do site da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, separador “Na minha Ilha” e verificou-se não ocorrerem na área de análise registos de reclamações relacionadas com a qualidade do ar e maus odores. Existe um registo de queixa, por maus odores no concelho de Lagoa, mas num local bastante afastado da área em análise.

As novas condições de exploração eliminaram os queimadores de biomassa para aquecimento dos pavilhões, o que se revela um aspeto positivo.

Tendo em conta as características da unidade de avícola, perspectiva-se que a exploração dos pavilhões não licenciados não tenha como consequência a emissão de poluentes atmosféricos significativos, a ponto de induzir impactes na qualidade do ar, comparativamente com a situação prévia

Em termos do ruído, nas medições dos níveis sonoros foram efetuadas junto a dois recetores (Figura 15) localizados na envolvente próxima da unidade industrial em apreço obtiveram-se valores são bastante inferiores aos limites legais.

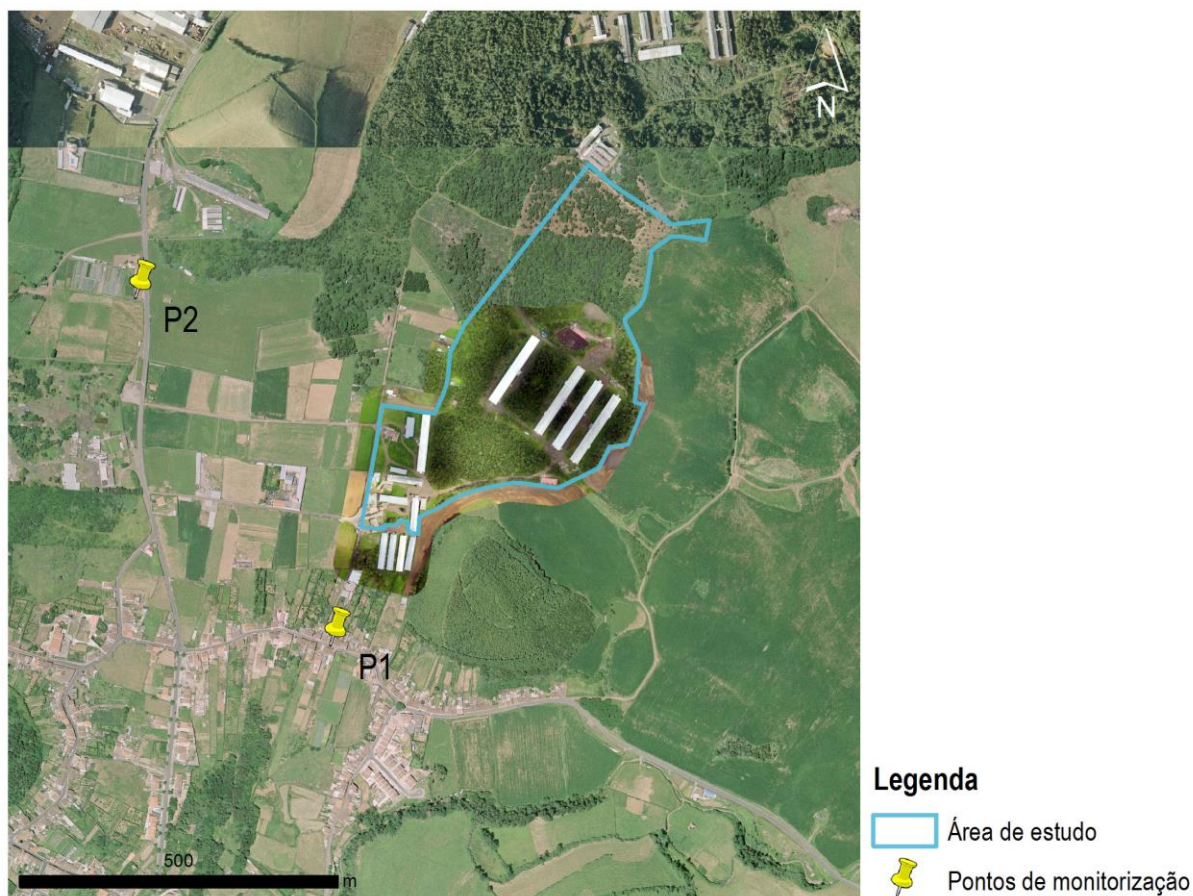


Figura 15 – Localização dos pontos de monitorização de ruído
(adaptado de <http://sig.srrn.azores.gov.pt>)

Pelo que o impacte no **ambiente sonoro** não será significativo.

Constata-se que nas imediações da área em estudo não existem elementos **patrimoniais** classificados de interesse público e/ou municipal na área em epígrafe ou na sua envolvente.

Ao nível do descritor **Sócio Economia** não se verificou impactes relativos à perturbação de sossego e qualidade de vida da população mais próxima, atendendo à localização das instalações. A ampliação da Saiprossem tem um impacte positivo, significativo, ao contribuir para o desenvolvimento económico local e regional, quer pelo simples facto de dinamizar o sector comercial, trazendo uma oportunidade de diminuição da importação de frangos de carne e aumentando a capacidade interna de aprovisionamento, quer pela criação de novos postos de trabalho, diretos e/ou indiretos, e/ou manutenção dos já existentes.

A empresa Saiprossem emprega 6 colaboradores no total, sendo que 3 são residentes do concelho de Lagoa. Este impacte positivo é significativo, de magnitude elevada, permanente, irreversível, certo e não minimizável.

É de referir que o grupo SICOSTA emprega na totalidade 198 colaboradores, sendo que, 6 são funcionários da Saiprossem. Para além disso, dos 198 colaboradores do Grupo, 99 são residentes do concelho de Lagoa, pelo que se constata que ao nível socioeconómico esta empresa é muito importante para a região e em particular para o concelho, sendo que qualquer intervenção que tenha como consequência o aumento dos postos de trabalho ou a consolidação dos mesmos tem um efeito muito positivo.

Em seguida apresenta-se um quadro resumo de impactes resultantes da exploração da Saiprossem.

Descritor	Ação/Situação	Causa	Impacte/ recomendações
Geologia	Dada a implantação dos pavilhões já ter ocorrido e considerando a manutenção dos acessos não são expectáveis impactes		
Solos	Contaminação por derrames com infiltração no solo	Circulação de viaturas	<p>Negativo Pouco Significativo</p> <p>Moderada - porque o número de veículos e quantidade manuseada são reduzidos.</p> <p>O manuseamento de produtos tóxicos nos locais adequados evitará os impactes.</p> <p>O derrame de produtos tóxicos no solo terá um efeito negativo também ao nível das águas subterrâneas</p>
		Manuseamento de produtos tóxicos	
	Usos do solo	Ocupação inadequada para a capacidade de usos de solo	Dada a ocupação estar de acordo com o uso do solo e a reduzida aptidão agrícola não são expectáveis impactes

Descritor	Ação/Situação	Causa	Impacte/ recomendações
Recursos Hídricos	Contaminação por derrames com infiltração no solo	Circulação de viaturas	Pouco provável, zona pouco vulnerável à poluição .
		Manuseamento de produtos tóxicos	Devem ser observadas as boas práticas ambientais para evitar derrames e infiltrações no solo de poluentes.
Ecologia	Impacte não significativo, não são destruídos habitats protegidos. Na área não ocorrem espécies protegidas ou sensíveis. As espécies que ocorrem no local são tolerantes à presença humana.		
Ordenamento do Território	Não existe conflito com o estabelecido em PDM .		
Paisagem	<p>Negativo pouco significativo.</p> <p>A paisagem original já está bastante alterada com pavilhões industriais, entre os quais, os das instalações da Saiprossem.</p> <p>Os pavilhões são visualizados parcialmente e criam algum contraste de cor com a envolvente.</p>		
Qualidade do Ar	Degradação das camas Degradação do estrume Remoção das camas Limpeza dos silos de alimentação Tráfego automóvel Sistema de aquecimento gás butano	Aumento de gases poluentes Aumento de poeiras	Negativo , mas pouco significativo. Não se prevê que venha ocorrer alteração da índice da qualidade do ar que é “BOM”
Ambiente Sonoro	Alteração dos níveis sonoros	Circulação de veículos	Negativo pouco significativo de magnitude reduzida
		Funcionamento de equipamentos	Dada a potência acústica dos equipamentos e a distância a que se encontram dos recetores (mais de 350 metros), não são expectáveis impactes
Sócio economia	Perturbação do sossego e qualidade de vida da população	Localização das instalações (e.g. tráfego, ruído)	Dada a localização das instalações, não se verificam impactes.
	Criação de emprego	Ampliação das instalações	Positivo, significativo, magnitude elevada.

Tabela 2 – Quadro síntese da avaliação de impactes para a fase de exploração

Na fase de construção dos pavilhões E e F, poderão ocorrer impactes negativos mas maioritariamente temporários e menos relevantes do que os indicados anteriormente.

4 - CONCLUSÃO

As instalações da SAIPROSSEM possuem licença ambiental desde 2009 (LA nº 3/2009/DRA, nos termos da legislação relativa à Prevenção e Controlo Integrado da Poluição (PCIP), para a atividade de criação de aves de capoeira, com capacidade licenciada de alojamento de 63.549 aves. A licença tinha uma validade de 7 anos

Com o aumento do consumo regional e sequentes alterações à exploração, houve necessidade de ir atualizando a Licença Ambiental por meio de 2 aditamentos.

Em 2016, com o projeto e construção de novos pavilhões e consequente aumento substancial da capacidade instalada para 245.134 aves/ano, impôs-se a realização de avaliação de impacto ambiental e a renovação da licença ambiental.

As alterações ao empreendimento objeto de análise, nos vários aspetos ambientais: clima, solos, recursos hídricos, geologia, qualidade do ar, ruído, paisagem, ecologia, sócio economia, património e instrumentos de gestão do território apresentam impactes na sua generalidade pouco significativos e que não se revelam condicionantes do exercício da atividade nos moldes de exploração apresentados, desde que salvaguardadas as boas práticas ambientais, e a implementação das medidas de minimização preconizadas.

A ampliação das instalações revelou-se também uma oportunidade para introduzir melhorias de funcionamento nas instalações atuais, o que traduz por si só num efeito positivo.

É de referir que, dado as instalações estarem sujeitas a licenciamento ambiental e consequente controlo integrado de poluição estão internalizados na exploração das mesmas o uso eficiente de água e energia e a aplicação sempre que possível a utilização às melhores tecnologias disponíveis (MTD).

Ponta Delgada, 9 de dezembro de 2016

